



Igreja de São Francisco

MUSEUS, MUSEOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

AS ORIGENS E INFLUÊNCIAS DO PLANO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO

Janaina Silva Xavier

janaina.xavier@unasp.edu.br

O texto trata de uma retrospectiva a respeito das discussões sobre a gestão dos museus e dos instrumentos empregados em outros países nas últimas décadas com o objetivo de compreender melhor a trajetória percorrida, as semelhanças e diferenças entre os modelos aplicados e o contexto de adoção do Plano Museológico pelo Brasil, a partir de 2006, como instrumento de gestão a ser construído por todos os museus brasileiros, sendo considerada infração administrativa o seu descumprimento.

Palavras-chaves: Museus, Gestão em Museu, Plano Museológico.

1. INTRODUÇÃO

Em julho de 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), considerando a necessidade de gestão dos museus federais sob a sua tutela, dispôs uma portaria instituindo o Plano Museológico como ferramenta básica de planejamento estratégico. Essa iniciativa foi a primeira manifestação legal brasileira de adoção de um instrumento de gestão padrão para os museus federais (PORTARIA NORMATIVA, 2006).

Em 14 de janeiro de 2009, houve outro avanço na consolidação do Plano Museológico como modelo para administração dos museus brasileiros. Através da lei nº 11.904, o Governo Federal tornou obrigatório o Plano Museológico para todos os museus nacionais e determinou um prazo de cinco anos para as instituições se adequarem. O Plano Museológico foi definido da seguinte maneira:

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (LEI FEDERAL nº 11.904/2009).

A lei ainda especifica que o Plano Museológico deve ser elaborado por um museólogo e contemplar as seguintes partes: um diagnóstico da instituição, a missão do museu e o detalhamento de dez programas - Institucional, Gestão de Pessoas, Acervos, Exposições, Educativo e Cultural,

Pesquisa, Arquitetônico e Urbanístico, Segurança, Financiamento e Fomento, Comunicação.

Finalmente, em 17 de outubro de 2013, o decreto presidencial nº 8.124 passou a considerar infração administrativa por parte dos museus o deixarem de elaborar o Plano Museológico, sujeitando os infratores, a multa, perda de incentivos fiscais e financiamentos, impedimento de contratos com o poder público e suspensão parcial de suas atividades (DECRETO nº 8.124/2013).

Diante do exposto, esse texto apresenta uma breve reflexão a respeito das origens e influências internacionais da gestão museológica com o objetivo de compreender melhor a trajetória percorrida, as semelhanças e diferenças entre os modelos aplicados e a perspectiva brasileira nesse cenário.

2. GESTÃO MUSEOLÓGICA: ORIGENS E PROPOSTAS

Na década de 80 os museus passaram a envidar esforços na tentativa de se adaptarem aos conceitos da Nova Museologia que advogava em favor do homem e não somente das coleções como sendo o centro das preocupações dos museus. Para tanto, começaram a se preocupar mais efetivamente com as questões relacionadas ao gerenciamento dessas instituições culturais a fim de melhor desempenharem seu papel na sociedade.

Paralelo a essa onda, o desenvolvimento das ciências museológicas, a ampliação do conceito de patrimônio e do papel do museu na sociedade, o aumento do número de museus e de público e as dificuldades financeiras também levaram os museus a repensarem sua atuação (NEVES, 2003).

Esses fatores desencadearam o alargamento de metodologias de gestão em diversos países, tornando-se aos poucos uma condição para o reconhecimento das instituições como museu. Não houve, porém, uma unanimidade quanto à identificação desses instrumentos administrativos: Programação ou Programa Museológico, Plano Diretor, Plano de Metas, Planejamento Estratégico, são algumas das terminologias que podem ser encontradas na bibliografia.

Neves (2003, p. 35, 43 e 59) aponta o museólogo francês Georges Henri Rivière (1897–1985) como um dos pioneiros nesta questão, quando já na década de 1930 defendia que o museu deveria ter uma política geral e estrutural. Em sua obra *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*, publicada após sua morte em 1989, o autor falava da necessidade do museu estabelecer um Programa Científico que integrasse os programas de Educação, Cultura, Exposição, Pesquisa, Conservação e Arquitetura. O autor apresentava ainda que esse programa deveria ser elaborado por um museólogo, amparado por outros profissionais envolvidos, como o arquiteto, os diretores e a equipe técnica.

Os arquitetos do Centro Georges Pompidou e do Museu d'Orsay, em Paris, Patrick O'Byrne e Claude Pecquet destacaram, em 1979, a importância da construção de um programa para o museu, definindo-o como um instrumento de transmissão de informações e diretrizes resultante

de estudos científicos. Esse programa ajudaria no estabelecimento das prioridades, auxiliaria na continuidade da instituição e daria credibilidade ao museu (NEVES, 2003, p. 36).

Em 1984, J. Chatelain¹ publicou o manual *Administration et gestion des musées: texts et documents* dando ênfase aos programas e procedimentos de organização interna e das coleções e Jacques Sallois, diretor dos Museus da França, entre os anos de 1990 a 1994, afirmava a necessidade dos museus definirem sua vocação e seu perfil, tomando por base suas coleções, público, local e profissionais (NEVES, 2003, p. 36).

É preciso considerar, no entanto, que essa chamada Programação Museológica estava inicialmente direcionada às questões relacionadas entre o museu e o seu projeto arquitetônico, porém rapidamente as discussões se ampliaram dos problemas estruturais para as funções museológicas.

Com base nisso, o Ministério da Cultura francês passou a exigir que para a criação de um museu fosse contratado um profissional especializado em museus, encarregado de elaborar o projeto da instituição, fundamentando-se em quatro pilares: as coleções, o espaço, o público e os funcionários. A partir do projeto eram estabelecidos os programas arquitetônicos e museográficos (CHINCHILLA, 2005, p. 20).

No caso da Inglaterra foram adotados os modelos teóricos propostos por Gail Dexter Lord e Barry Lord nas obras *La Planification de nos Musées* (1983), *The Manual of Museum Management* (1997) e *The Manual of Museum Planning* (1999). Nesta última, os autores apresentaram reflexões sobre planejamento, público, coleções e instalações físicas dos museus.

Outra referência inglesa foi Kevin Moore que publicou em 1994 o livro *Museum Management: how can museums survive into the new millenium?* Na obra o autor insistiu na necessidade dos museus estabelecerem e manterem um plano definido e bem estruturado de acordo com as possibilidades da instituição e as necessidades da comunidade onde ele estava inserido (MOORE², 1994 apud CHINCHILLA, 2005, p. 21).

Com essas discussões em pauta, no ano 2000, foi criado o Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas do Reino Unido (*Museums, Libraries and Archives Council - MLA*)³ com o objetivo de universalizar o acesso aos acervos e serviços, fortalecer as instituições e promover inovações e mudanças. Uma das criações do MLA foi o Plano para Certificação de Museus que entre os requisitos para reconhecimento das instituições impunha à construção por parte dos museus de um Plano de Desenvolvimento com uma declaração de propósitos, objetivos gerais, delimitação do público alvo e objetivos específicos. Além desse plano era necessário à apresentação de um planejamento orçamentário, um plano de emergência prevendo desastres, definição dos serviços prestados aos usuários, as condições das instalações, o gerenciamento dos acervos e os recursos humanos (SANTOS; SOUZA, 2004, p. 31).

Esse modelo de certificação adotado pelo MLA não era novidade, ele já vinha sendo seguido desde 1970 nos Estados Unidos e de 1996 na Escócia e a partir de então estava sendo introduzido na Austrália, Alemanha, Grécia, Valônia Belga, Bulgária, Croácia, Romênia, Finlândia, Suíça, Irlanda, Dinamarca, Polônia, Países Baixos, Noruega, entre outros. Esses planos de certificação eram opcionais aos museus, porém a não adesão os impedia de obter financiamentos junto ao poder público. A validação da certificação era obtida por meio de avaliações periódicas feitas por comitês regionais em visita aos museus e pelo envio dos relatórios (SANTOS; SOUZA, 2004, p. 117).

Em 2009, o MLA publicou *Leading Museums: a vision and strategic action plan for England's museums*⁴ onde a excelência dos museus foi definida pela qualidade dos serviços prestados e dos benefícios sociais e culturais gerados para a sociedade como resultado das ações da instituição.

Os resultados que foram observados nos países que adotaram o Plano de Certificação foram à elevação dos padrões, o reconhecimento e o aumento da credibilidade e confiança do museu, o acesso às verbas, um melhor entendimento da missão, métodos de avaliação mais adequados, compromisso com a preservação da cultura, programas de treinamento e aperfeiçoamento (SANTOS; SOUZA, 2004, p. 128).

Semelhantemente, Portugal vinha refletindo sobre a sustentabilidade de seus museus. De 14 a 16 de maio de 2001, em Setubal, realizaram o I Seminário Internacional sobre a Programação Museológica, onde o professor Henrique Coutinho Gouveia, da Universidade de Évora, apresentou a comunicação “Programação Museológica – Terminologia e Conceitos”. Também discutiram a temática Maria Olímpia Lameiras Campagnolo, Carlos Mendonça e João Oliva Monteiro que expuseram o exemplo da Programação Museológica do Mosteiro de Alcobaça, onde reforçaram o conceito de que a programação museológica favoreceria a gestão sustentável. Joaquim Pais de Brito, por sua vez, falou da Programação do Museu Nacional de Etnologia, destacando a ideia de que a programação museológica deveria ser uma articulação de todos os setores do museu e de que a instituição precisaria ser um lugar que se repensasse continuamente (NEVES, 2003, p. 41).

Além disso, em 2004, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, em seu artigo 86, passou a exigir que para a criação ou fusão de museus seria preciso a execução de um programa arquitetônico e museológico constituído dos seguintes elementos: objetivos, caracterização do acervo e temática, formulação de estratégias relacionadas ao cuidado com o acervo, sua exposição e educação, identificação do público, indicação das instalações físicas e suas condições e os recursos financeiros e humanos (Lei Quadro dos Museus Portugueses nº 47, de 19 de agosto de 2004).

Em instância internacional, o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM) finalizado na 21ª Assembleia, em Seul, Coreia do Sul, em 8 de outubro de 2004, estabeleceu as normas mínimas para os museus e seus profissionais determinando que a autoridade de tutela do patrimônio teria a responsabilidade de assegurar que o museu tivesse um estatuto, um regimento

ou outro documento oficial, conforme a legislação nacional em vigor, estipulando o estatuto, a missão, a permanência e o caráter não lucrativo dos museus. Ao tornar-se membro do ICOM, os países se comprometem na adoção das orientações desse documento (CÓDIGO DE ÉTICA DO ICOM, 2010, p. 15).

Ainda em 2004, o ICOM publicou um documento intitulado *Running a Museum: A practical Handbook*. Em um dos artigos, Gary Edson, então diretor do Museu da Universidade de Tecnologia do Texas, discutiu a respeito da estrutura de gestão dos museus, o trabalho em equipe, estilos de liderança dos diretores e outros funcionários da administração, a construção de uma declaração de missão, a gestão financeira, o planejamento de um orçamento, os museus, a ética e a gestão, o processo de planejamento e a avaliação.

Nesse artigo Edson (2004, p. 143) afirmou que o planejamento eficaz deveria ser uma atividade global que levasse em consideração a história do museu, sua missão, coleções, recursos humanos, instalações, financiamento, apoio da comunidade, público, estatuto político, ameaças locais e regionais, potencialidades ambientais e sociais. Para o autor, o planejamento não serviria para decidir as ações futuras, mas sim para definir o que precisava ser feito no presente para se alcançar o futuro desejado.

Edson (2004, p. 143) descreveu ainda o processo de construção do planejamento, incluindo os seguintes aspectos: planejamento financeiro, as necessidades da comunidade e o seu envolvimento, o planejamento de recursos humanos, a organização/estrutura, a comunicação/marketing/visibilidade, as contribuições para as agendas nacionais e a eficácia do serviço. A avaliação desse planejamento seria feita pelo método SWOT (sigla em inglês que quer dizer *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*).

Na Espanha, as últimas décadas foram marcadas por vários estudos no campo da museologia abordando entre outros assuntos a temática do planejamento. De Aurora León temos *El Museo Teoría, Práctica y Utopía* (1978), de Alonso Fernández, *Museologia y Museografía* (1999), de Francisca Hernandez, *Manual de Museología* (1994) e de J.C. Rico, *La difícil supervivencia de los Museos* (2003).

Podemos destacar ainda a obra de David Roselló Cerezuela, publicada em 2004, com o título *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*. Nesse livro Roselló (2004) faz uma distinção entre plano, programa e projeto. Plano, segundo o autor, seriam as orientações estratégicas gerais com base numa avaliação global, conceitual, filosófica e política da instituição, com metas a médio e longo prazo. Já o programa trabalharia com aspectos específicos, como por exemplo, programa de conservação. E por fim, o projeto seriam as ações concretas sob a forma de atividades, uma exposição, por exemplo.

A legislação espanhola também tem imposto a necessidade do Plano Museológico (PM) para o reconhecimento das instituições como museus através da Lei dos Museus nº 4, de 26 de março

de 2003. Para ajudar os museus no cumprimento da lei, em 2005, o governo espanhol publicou o manual *Criterios para la Elaboracion del Plan Museologico*⁵ com um modelo de tal forma prático que passou a ser usado de maneira generalizada. O PM sugerido pelo governo espanhol previa os seguintes programas: institucional, de coleções – aquisição, documentação, pesquisa e conservação, arquitetônico, de exposição, divulgação e comunicação, segurança, recursos humanos e econômicos. A elaboração do plano devia ser feita com base em uma avaliação prévia (CHINCHILLA, 2005).

Na América Latina um dos documentos mais importantes produzidos no campo da museologia foi a Declaração de Santiago, no Chile, em 1972. A carta apresentou orientações aos museus que para serem observadas demandariam mudanças radicais na gestão das instituições, entre elas, a necessidade dos museus trabalharem de forma interdisciplinar, intensificarem seus esforços para ampliar suas coleções e torná-las acessíveis ao público, modernizarem suas técnicas museográficas a fim de estabelecerem uma comunicação mais eficiente sem, contudo, onerar as instituições gerando desperdícios, avaliarem a eficácia de suas ações e desenvolverem estratégias para qualificarem seus profissionais. Quanto às exposições, tanto no meio rural quanto nas cidades, os museus deveriam trabalhar com temáticas mais adequadas as necessidades do público e estimular o desenvolvimento tecnológico e científico das comunidades. O documento apontava ainda o imperativo de criação de um setor educativo em cada museu que atuasse em parceria com as escolas.

Posteriormente, em 1984, em Quebec, foi redigida uma nova proposta ao ICOM solicitando o reconhecimento de uma nova museologia, fundamentada nas experiências dos ecomuseus e museus comunitários e o auxílio para essas tipologias de museus se desenvolverem de forma mais plena e eficiente.

Finalmente em 1992, em Caracas, representantes do setor museológico da América Latina, da UNESCO e do ICOM discutiram a situação do setor e entre os aspectos debatidos, as questões relacionadas à gestão dos museus foram definidas como uma das prioridades. Apontou-se a necessidade de gestão e administração eficiente para a consecução dos objetivos dos museus e para isso era preciso adotar modernas estratégias em relação à otimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros. Para alcançar tais propósitos a carta de Caracas recomendou que os museus definissem claramente sua missão, sua estrutura administrativa, métodos de avaliação permanente, que elaborassem planos e programas modernos baseados em um diagnóstico com metas a longo, médio e curto prazo e que determinassem suas políticas orçamentárias buscando recursos públicos e do setor privado. Com relação aos governos eles deveriam promover políticas culturais coerentes e estáveis garantindo a gestão dos museus, implementar cursos internacionais de capacitação em gestão museal e se pautarem por princípios éticos na gestão dos museus.

Percebemos então, que por diversos caminhos os países passaram a se preocupar com a gestão de seus museus impondo a eles a criação de instrumentos administrativos com diferentes nomenclaturas, mas que em comum previam a necessidade das instituições de forma participativa identificar sua missão e seu público e traçar estratégias e metas para as áreas administrativa, de coleções, arquitetônica, exposições, comunicação e recursos humanos e financeiros. O Brasil também seguiu por essa linha adotando as experiências e métodos estrangeiros e as orientações das cartas elaboradas na América Latina.

3. A GESTÃO DOS MUSEUS BRASILEIROS E O PLANO MUSEOLÓGICO

Um dos primeiros instrumentos de gestão para museus divulgados no Brasil foi o Plano Diretor de Stuart Davies, produzido originalmente na Grã Bretanha, em 1996, com o título original *Producing a Forward Plan* e traduzido pela Universidade de São Paulo (USP) em 2001.

O Plano Diretor sugestivo deveria conter seis partes: Definição da missão, Diagnóstico da situação atual, Metas estratégicas, Objetivos atuais, Indicadores de desempenho e Apêndices, redigidos com a participação do maior número possível de pessoas envolvidas com o museu e de forma estratégica, integradora, sucinta, realizável e coerente (DAVIES, 2001).

Em 2003, Timothy Mason, diretor do MLA, esteve no Brasil expondo o Plano de Certificação do Reino Unido. Em seu seminário no Brasil, Mason (2004, p. 56) apresentou os passos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento: A definição da missão, a elaboração de um diagnóstico, a definição de objetivos estratégicos e em seguida os objetivos específicos, ou seja, as metas para alcançar as estratégias, e os indicadores de avaliação.

Porém, o modelo de gestão escolhido em 2006 pelo Governo Federal brasileiro foi o Plano Museológico espanhol e desde então a legislação vem reforçando essa prática e divulgando o instrumento através de oficinas, palestras e minicursos em todo o país. Comparando os três modelos que foram divulgados no Brasil – Plano Diretor, Plano de Certificação e Plano Museológico – percebemos que o Plano Diretor e o Plano Museológico são muito próximos e a sua construção e implementação dependem mais da iniciativa do museu, já o Plano de Certificação é mais complexo e exigente, demandando uma fiscalização periódica por parte da esfera governamental sobre os museus, o que requer uma infraestrutura de avaliação permanente.

Dados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) na última pesquisa respondida por 1.500 dos 3.025 museus brasileiros identificados no Sistema Brasileiro de Museus (SBM) apontaram que 27,6% deles já haviam construído seus Planos Museológicos, o que nos sugere um índice de adesão ainda pequeno e a necessidade de investir mais na qualificação dos museus a fim de que estes se sintam preparados para empreender tal tarefa (MUSEUS EM NÚMEROS, 2011).

Finalmente ao descortinarmos o cenário museológico internacional foi possível perceber que nas últimas décadas houve uma forte corrente em direção à adoção de instrumentos de gestão

que fortalecessem as ações dos museus e qualificassem seus serviços. O próprio ICOM em 2004 em seu Código de Ética impunha a necessidade de seus países integrantes estipularem um instrumento de gestão a ser implantando pelos museus. A determinação do Plano Museológico, portanto, não foi uma iniciativa brasileira, pelo contrário tratou-se apenas de equilibrar o país com o que já vinha sendo seguido em outros países em termos de gestão museal. No cenário museal brasileiro, o desafio tem sido entender e aplicar o Plano Museológico, adequando-o à nossa cultura museológica, o que já é muito. A complexidade está no caráter de profissionalização das instituições e o eterno enfrentamento com a formação de equipes competentes. Essa é a escalada para uma melhoria qualitativa e um novo reenquadramento institucional em face da sociedade.

NOTAS

¹ CHATELAIN, J. Administration et gestion des musées: texts et documents. La documentation française, Paris, 1984.

² MOORE, Kevin. Museum Management: how can museums survive into the new millenium? London: Routledge, 1994.

³ O MLA foi originalmente estabelecido como uma Comissão Permanente de Museus e Galerias, em 1931, e em 1981 passou a se chamar Comissão de Museus e Galerias.

⁴ MLA. Leading museums: a vision and strategic action plan for England's museums. London: Museums, Libraries and Archives Council, 2009.

⁵ Manual Criterios para la Elaboracion del Plan Museologico Disponível em: <http://www.mcu.es/museos/MC/PM/> Acesso em 04 de julho de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÓDIGO DE ÉTICA DO ICOM. Versão Lusófona. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.alvar-estech.com/lillian/Museologia/CodigoEtica20062010.pdf> Acesso em 03 de fevereiro de 2014.

DAVIES, Stuart. Plano Diretor. Tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: EDUSP, Roteiros Práticos 01, Fundação Vitae, 2001.

DECLARAÇÃO DE CARACAS. Venezuela, Caracas, 1992.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Canadá, Quebec, 1984.

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO. Chile, Santiago, 1972.

Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/legislacao.htm> Acesso em: 20 de

setembro de 2013

Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e a Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Brasília: Diário Oficial da União, 18 de outubro de 2013.

EDSON, Gary. Museum Management. In: BOYLAN, Patrick J. (Ed.). *Running a Museum: A practical Handbook*. França: ICOM, 2004, p. 133-146.

Estatuto de Museus. Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/legislacao.htm> Acesso em: 20 de setembro de 2013

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis (1999): *Museología y Museografía*, Editorial del Serbal, Madrid.

CHINCHILLA GÓMEZ, Marina (org.) (2005): *Criterios para la Elaboración del Plan Museológico*, Subdirección General de Museos Estatales, Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales, Ministerio de Cultura, Espanha. Disponível em: <http://www.mcu.es/museos/MC/PM/index.html> Acesso em 21 de março de 2014.

HERNÁNDEZ HERNANDEZ, Francisca (1994): *Manual de Museología, Síntesis*, Madrid.

Museus em Números. Brasília: IBRAM, vol. 2, 2011.

LEÓN, Aurora (1978): *El Museo. Teoría, práctica y utopia*, Cátedra, Madrid.

Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/legislacao.htm> Acesso em: 20 de setembro de 2013

Lei Federal 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/legislacao.htm> Acesso em: 20 de setembro de 2013

LORD, Gail Dexter; LORD, Barry (1983): *La Planification de nos Musées, Musées Nationaux du Canada*, Ottawa.

LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. *The Manual of Museum Management*. Plymouth: AltaMira Press, 1997.

LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. *The Manual of Museum Planning*. Oxford: AltaMira Press, 1ª ed., 1999.

MASON, Timothy. *Gestão Museológica: Desafios e Práticas*. São Paulo: EDUSP, Roteiros Práticos 7, Fundação Vitae, 2004.

NEVES, KátiaWWa Regina Felipini. *Programas Museológicos e Museologia Aplicada*. Cadernos de Sociomuseologia. Portugal: UHLT, nº 21, 2003.

PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS 2010/2020. Brasília: MinC/IBRAM, 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Brasília: MinC, 2003.

PORTARIA NORMATIVA nº 1, de 5 de julho de 2006. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/legislacao.htm> Acesso em: 20 de setembro de 2013

RICO, J. C. (2003): La difícil supervivencia de los Museos, Trea, Gijón.

ROSELLÓ CERZUELA, David (2004): Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales, Editorial Ariel, Barcelona.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Os museus e seus públicos invisíveis. Texto apresentado no I Encontro Nacional de Educadores de Museus e Centros Culturais Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN/ DEMU, Casa de Rui Barbosa, 17 e 18 de setembro de 2007.

SANTOS, Maurício; SOUZA, Patrícia (trad.). Planos para a certificação de museus na Grã-Bretanha: Padrões, da Austrália a Zanzibar; Planos de certificação de museus em diversos países. São Paulo: EDUSP, Fundação Vitae, Roteiros Práticos 6, 2004.

